



Marcos Santos/USP Imagens

# **Os comunistas brasileiros e o desenvolvimentismo: a Frente Nacionalista nas edições da Editorial Vitória (1958-1964)**

*Vinicius Juberte*

## resumo

O presente artigo analisa de que forma a Frente Nacionalista entre o PCB (Partido Comunista do Brasil) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) se apresenta na produção livreira da Editorial Vitória Limitada, principal editora comunista da época, entre 1958 e 1964, período da linha de “coexistência pacífica” no movimento comunista mundial e do projeto desenvolvimentista no Brasil. Essas tendências políticas apareceram de modo concreto nas edições da Editorial Vitória de duas formas: pela Coleção de Documentos Políticos e pelos livros *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, do escritor Jocelyn Brasil, *Brasil século XX*, de Rui Facó, e *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme. Pretende-se demonstrar as diferentes estratégias editoriais envolvidas nessas edições e seu papel na relação entre a linha editorial e a linha política do PCB nesse período.

**Palavras-chave:** história do livro; edições comunistas; PCB; desenvolvimentismo; Editorial Vitória.

## abstract

*This article analyzes how the Nationalist Front between the PCB and the PTB presents itself in the bookseller production of Editorial Vitória, the main communist publisher at the time, between 1958 and 1964, period of line of “peaceful coexistence” in the world communist movement and the developmentalist project in Brazil. These political tendencies appear in a concrete way in the editions of Editorial Vitória in two ways: through the Coleção de Documentos Políticos and through the books *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular* by the writer Jocelyn Brasil, *Brasil século XX* by Rui Facó and *Problemas brasileiros de educação* by Paschoal Lemme. It is intended to demonstrate the different editorial strategies involved in these editions and their role in the relationship between the editorial line and the political line of the PCB in this period.*

**Keywords:** publishing history; communist editions; PCB; developmental; Editorial Vitória.

O

s anos 1950 foram de intensas mudanças para o movimento comunista mundial, principalmente após a divulgação do discurso de Nikita Kruschev denunciando os crimes de Stalin durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Analogamente, mudanças importantes ocorreram

no Partido Comunista do Brasil (PCB), que nessa década foi palco de inúmeros debates acerca da interpretação da realidade brasileira e a consequente tática de ação partidária que seria construída a partir dela, além da influência das já citadas mudanças no cenário mundial para os PCs de todo o mundo.

Os anos de debates e embates entre os comunistas brasileiros, principalmente com a autocrítica promovida a partir de 1954,

com o suicídio de Getúlio Vargas, e aprofundada a partir de 1956 com o *Relatório Kruschev*, levarão o partido de uma linha sectária no início dessa década para uma linha de frente nacionalista junto aos trabalhistas ao final dela, posição consolidada na chamada Declaração de Março de 1958. É evidente que o aparato político-cultural do partido refletiu todas essas mudanças, e aqui destacamos a principal editora do PCB nesse período, a Editorial Vitória, e ao menos cinco publicações que manifestavam abertamente essa aliança entre PCB

---

Uma versão preliminar do presente artigo foi apresentada no “Seminário Usos de lo Impreso en América Latina” (Colegio Mexiquense, UAM-C y Cela-FFyL-Unam), em junho de 2022.

**VINÍCIUS JUBERTE** é doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e as discussões referentes ao projeto econômico desenvolvimentista.

Em 1959 e 1960, aparecem pela Coleção de Documentos Políticos, respectivamente, *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático* e *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, ambos assinados pelo secretário-geral do partido, Luís Carlos Prestes. São também desses anos, respectivamente, *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme, *Brasil século XX*, de Rui Facó, e, em 1963, o livro *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, de autoria de Jocelyn Brasil, jornalista, escritor e brigadeiro da Força Aérea Brasileira.

Os dois primeiros tratam da leitura da realidade nacional pelos comunistas naquela conjuntura, a qual leva o partido a apoiar uma aliança com a “burguesia nacional” para a realização da etapa “democrático-popular” da Revolução Brasileira, análise essa que culminava no apoio eleitoral aos candidatos nacionalistas do PTB nas eleições de 1960. O livro de Facó faz um balanço da história brasileira a partir da Revolução de 1930 e a obra de Lemme, uma discussão sobre os desafios da educação no Brasil e na América Latina naquela conjuntura. Já o livro de Jocelyn Brasil é uma cartilha explicando como o imperialismo norte-americano boicotava o desenvolvimento brasileiro.

No artigo aqui proposto pretende-se demonstrar como essas edições são um exemplo claro da relação entre a linha política partidária e a linha editorial do PCB, e como esses livros procuravam legitimar essa linha para os quadros partidários, além de serem uma ação clara do partido no

sentido de influenciar no debate político nacional naquele momento, principalmente em relação ao ideal desenvolvimentista.

## **BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO PCB NOS ANOS 1950**

O PCB passará por uma metamorfose entre o final dos anos 1940 e 1950, com a cassação de seu registro em 1947 e a de seus parlamentares em 1948, colocando fim a um curto período de legalidade e participação ativa na vida democrática brasileira no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e de redemocratização do país com o fim do Estado Novo varguista.

Nesse período ocorrerão importantes mudanças no movimento comunista mundial, provocadas pela criação da Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform) em 1947. Esse novo aparato ligado ao PCUS retomará, em boa medida, o papel de centro dirigente desempenhado até 1943 pela Internacional Comunista (IC). Sua prática será marcada pelo dogmatismo stalinista e terá influência clara nas práticas e concepções defendidas pelo PCB até a sua extinção em 1956 (Segatto, 1981, p. 61).

Os comunistas brasileiros iniciam uma nova linha política com o Manifesto de Janeiro de 1948, que serviria de base para o importante Manifesto de Agosto de 1950. Em linhas gerais, ambos criticavam a linha seguida pelo partido no período anterior, de aliança com a “burguesia progressista” e de aposta na política institucional. Apon-tam como erros políticos a falta de um posicionamento enfático contra o governo Dutra e a Carta Constitucional de 1956, responsável pela redemocratização do país.

Ainda apontam como erro estratégico a pouca atenção dada às lutas camponesas, reafirmam que o Brasil permanece sendo um país “atrasado, semifeudal e semicolonial” e que, por isso, a Revolução Brasileira naquele momento seria “agrária e anti-imperialista” (Segatto, 1981, p. 62).

O Manifesto de Agosto de 1950 carrega nas tintas ao caracterizar o governo Dutra como “fascista”, de “traição nacional” e responsável pelo “servilismo” aos EUA, e pela marcha rumo ao “caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional”. Os comunistas, nesse momento, partindo de uma visão absolutamente sectária, colocam de um lado o governo e todos os partidos ditos “burgueses” e, do outro, as massas trabalhadoras, operários e camponeses, os “intelectuais honestos” e classes médias que, sob a liderança comunista, lutariam contra a dominação imperialista em uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” (Segatto, 1981, p. 64).

Na prática, a nova linha partidária, bastante estreita, sectária e voluntarista, irá levar os comunistas ao isolamento político nos mais diversos espaços de atuação do partido. No meio sindical, por exemplo, a prática de criar sindicatos próprios, sem base real, e de promover greves “na marra” irá minar a credibilidade dos comunistas junto aos operários organizados, fazendo com que o espaço deixado seja ocupado pelos trabalhistas e outras forças políticas (Segatto, 1981, p. 65).

Nos meios intelectuais o impacto também foi bastante negativo. Aqueles que não utilizassem seu trabalho teórico como instrumento para a divulgação das teses partidárias eram acusados de “desvios bur-

gueses”. No campo estético, o artista que não seguisse as diretrizes do “realismo socialista” era execrado publicamente pelas lideranças partidárias.

As dificuldades ficam bastante evidentes se analisarmos, por exemplo, a produção editorial do partido nesses anos. A Editorial Vitória, a grande editora pecebista desde os anos 1940, enfrentará dificuldades nesse início de década, fruto das mudanças conjunturais e do sectarismo da linha partidária. Se nos anos de 1948 e 1949 foram editados oito livros em cada um deles, no ano de 1950 a editora lança um único e solitário título (Juberte, 2023, p. 398).

Nesse contexto, o partido só terá algum sucesso justamente quando deixa de lado, momentaneamente, a política sectária e voluntarista que vinha colocando em prática. Isso fica bastante evidente em movimentos de massa como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e contra a Guerra da Coreia. Não é à toa que na toada desses movimentos o partido consegue eleger para a Câmara Federal o líder sindicalista Roberto Morena em 1950 (Segatto, 1981, p. 66).

A partir dessas experiências, o ano de 1951 já apresenta mudanças na atividade partidária. No meio sindical, a própria militância rompe com a linha do partido, voltando a uma política de aliança com os trabalhistas e a medidas concretas de construção do partido nas empresas. Essa mudança leva ao fortalecimento dos comunistas no meio sindical e à ampliação de sua influência no movimento operário, obrigando a direção partidária a oficializar essa linha de atuação para o meio sindical. Ainda assim, a direção mantém sua linha sectária no essencial, como, por exemplo, considerando o líder trabalhista, e

agora novamente presidente, Getúlio Vargas como o grande inimigo a ser combatido. A linha desagregadora da direção colocava empecilhos para a bem-sucedida política da base partidária (Segatto, 1981, p. 67).

É justamente na base operária do partido que se inicia o processo de aliança política com os trabalhistas, muitos anos antes de a direção do PCB adotar como sua essa linha partidária. A luta nacionalista dos trabalhistas também passa a ser defendida, o que leva, com o passar do tempo, ao engajamento dos comunistas no processo político democrático da luta pelo “capitalismo autônomo”, sem latifúndio e sem o domínio do capital estrangeiro. É esse processo, com seus acertos e limitações, que permitirá, por exemplo, que o PCB conquiste as direções dos sindicatos mais importantes do país, seja em aliança com os trabalhistas, com estes e os católicos, ou mesmo de forma exclusiva (Segatto, 1981, p. 68).

Mesmo essa nova postura de atuação no movimento operário e de massas tendo deixado bastante evidente que havia pressões da militância para uma mudança definitiva de linha política, a cúpula partidária manteve-se irredutível ainda por muito tempo. Tanto é que no dia 24 de agosto de 1954, quando o país acordava atônito com o suicídio de Getúlio Vargas, o jornal do partido, *Imprensa Popular*, trazia a manchete “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas”.

O suicídio do presidente trabalhista, em meio a pressões externas e de setores da classe dominante brasileira, fez surgir uma onda de simpatia por Getúlio, com inúmeras manifestações país a fora, e perseguição aos seus opositores. O PCB precisou recolher às

pressas seu jornal das bancas e se unir às massas que tomavam as ruas. Ainda assim, em Porto Alegre, a *Tribuna Gaúcha*, jornal do partido, não escapou da depredação de sua sede pela turba popular ensandecida (Segatto, 1981, pp. 69-70).

Toda comoção nacional e crise política que a ela se seguiu não foram suficientes para a direção do PCB mudar a linha política partidária que vinha defendendo de forma mais bem acabada desde 1950. O IV Congresso do PCB se dá nesse contexto, com a cúpula partidária fechando ao máximo o processo, o que gerou críticas de inúmeras lideranças de base quanto às práticas antidemocráticas do Comitê Central. Dessa forma, pouco mudou em relação às teses defendidas pela cúpula pecebista.

A única mudança digna de nota foi o status da “burguesia nacional”, que agora passava a ser entendida como aliada “por determinado período” da revolução “contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”. O partido entendia que naquele momento se tratava de construir uma “revolução democrático-popular” (Segatto, 1981, p. 73), reproduzindo a tese do “etapismo” stalinista.

A tímida mudança foi fruto do impacto do suicídio de Getúlio nas fileiras partidárias, além do fracasso nas eleições parlamentares e para governadores daquele ano. E o primeiro desdobramento dessa linha política retificada foi o apoio do PCB à candidatura de Juscelino Kubitschek pelo Partido Social Democrático (PSD), em aliança com os trabalhistas (Segatto, 1981, p. 74).

Mas o acontecimento que de fato levará a mudanças fundamentais no partido e em sua linha política não será de ordem

interna, mas sim externa: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido em 1956. O chamado “relatório secreto” do novo secretário-geral soviético, Nikita Krushev, teve impacto fulminante no movimento comunista mundial, inclusive no PCB.

Os comunistas brasileiros se manterão em silêncio por sete meses a respeito do relatório, tamanho o impacto das denúncias. A imprensa pecebista continuará afirmando durante todo esse período que se tratava de uma falsificação do serviço secreto norte-americano. A primeira reunião do Comitê Central para discutir o tema se dará apenas em agosto de 1956, na qual as críticas mais severas se abateram no até então homem forte do partido, Diógenes de Arruda Câmara.

A partir de outubro daquele ano se abre um enorme debate na imprensa partidária, com destaque para os jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, nos quais se colocam todas as críticas, dúvidas e ressentimentos que ficaram represados por anos. Com o desenvolvimento das discussões, a direção partidária publica um documento de autocrítica, reconhecendo erros cometidos e, pela primeira vez, as deformações provocadas pelo stalinismo no seio partidário (Segatto, 1981, p. 76). Os chamados “renovadores” acusavam o Comitê Central pelo retraimento político dos comunistas, sua menor influência na sociedade, a estagnação da imprensa partidária e pela diminuição das fileiras do partido (Santos, 1988, p. 212).

A produção editorial não passa ileso às críticas. Em artigo na revista *Novos Tempos*, o militante Horácio Macedo faz dura crítica à obra *Problemas econômicos*

*no socialismo na URSS de Stalin*, editada em 1953 pela Editorial Vitória. Segundo ele, essa obra foi ungida em “modelo de desenvolvimento criador do marxismo-leninismo”, “expressão mais alta”, “bússola” para todo comunista, entre outras expressões comuns na imprensa pecebista. Macedo afirma:

“À concepção de um mundo onde tudo já está conhecido, onde nada é realmente novo, onde para todos os processos e fenômenos já existem explicação e interpretação pronta e acabada da filosofia, da política, da economia, limitar-se à análise e interpretação dos textos ortodoxos. Infelizmente isso aconteceu, em grande parte, com as obras de Marx, Engels e Lenin, e, em grau superlativo, nos anos cinquenta, com os escritos de Stalin” (Santos, 1988, p. 239).

Apesar de reconhecer os excessos da disciplina militarizada imposta aos militantes, as críticas públicas violentas que criavam um ambiente de intimidação e o dogmatismo em termos teóricos e políticos, a direção partidária, em abril de 1957, encerra as discussões na imprensa com o argumento de “restabelecer a ordem” e “manter a unidade partidária”. Muitos militantes inconformados deixam o partido. No fim, o que acaba prevalecendo no interior do PCB, entre ortodoxos e renovadores, é uma corrente aberta a promover uma profunda autocrítica, mas sempre atenta à manutenção do partido.

Além disso, se entende a necessidade de uma nova reflexão sobre a “questão democrática” nos âmbitos partidários e da sociedade no geral, para evitar que

as deformações stalinistas continuassem dando o tom no cotidiano partidário e na linha política seguida pelo PCB (Segatto, 1981, p. 78).

Finalmente, no início de 1958, o partido lança a Declaração de Março, na qual consolidava sua autocrítica e salientava que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil favorecia a luta pela democracia. O documento caracterizava, por exemplo, os acontecimentos de agosto de 1954, que levaram ao suicídio de Vargas, como um “golpe”, e defendia que as duas contradições fundamentais naquele momento eram a “da nação contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos” e a contradição entre “as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”. A contradição entre o proletariado e a burguesia continuava existindo, porém, nessa etapa do desenvolvimento brasileiro, ela se tornara secundária. A união contra o imperialismo norte-americano era o mais importante.

Dessa forma, “o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”, e “a revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. A transição para o socialismo deixa de ser um objetivo imediato nessa fase histórica da luta no Brasil, segundo a nova orientação partidária.

Do ponto de vista da política prática, cotidiana, essa nova orientação implicava a necessidade de formação de uma frente única, ao mesmo tempo nacionalista e democrática. O documento ainda reconhece que as últimas grandes vitórias

populares haviam sido fruto exatamente da unidade das forças progressistas do país. O documento também fazia uma crítica bastante clara à linha política seguida anteriormente, caracterizando-a como “subjetivista” e “dogmática”, baseada em fórmulas genéricas que ignoravam as particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional.

Fica bastante evidente que a elaboração da nova política significou, de forma concreta, os primeiros ajustes de contas mais profundos do PCB com o stalinismo, seus dogmas e mandonismos dos mais variados tipos. A Declaração de Março de 1958 é um marco de um novo momento para o partido, com uma profunda redefinição sobre o papel dos comunistas na luta democrática e nacionalista, na política de frente única e nos caminhos para a construção do socialismo no Brasil (Segatto, 1981, p. 85).

Essa nova linha consolidará em termos políticos, finalmente, uma tendência que vinha se apresentando na política de base do partido desde o início da década, e se mostra vitoriosa, definitivamente, no V Congresso do PCB, em 1960. Fica pavimentado o caminho para os comunistas ampliarem o apoio ao governo JK e, posteriormente, ao governo do trabalhista João Goulart no início dos anos 1960, com destaque para o movimento pelas Reformas de Base.

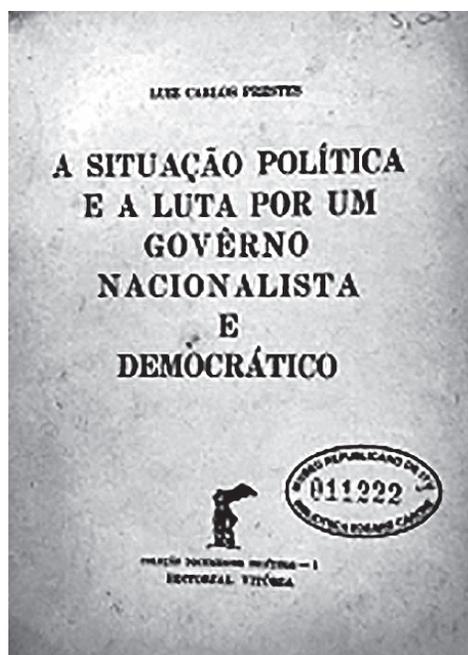
Dado o panorama que levará o partido até a Declaração de Março de 1958 e à construção da Frente Nacionalista junto aos trabalhistas, vale analisarmos como essa nova linha aparece na produção político-cultural do PCB, por meio da sua principal editora, a Editorial Vitória.

## A FRENTE NACIONALISTA NAS EDIÇÕES DA EDITORIAL VITÓRIA

O primeiro fruto editorial decorrente da Declaração de Março foi a Coleção Documentos Políticos, formada por três volumes. Os dois primeiros são lançados em 1959, o primeiro se intitulando *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*, assinado por Luís Carlos Prestes, e o segundo intitulado *Sobre as cifras de controle de desenvolvimento da economia da URSS nos anos de 1959-1965: informe ao XXI Congresso (extraordinário) do Partido Comunista da União Soviética a 27 de janeiro de 1959*, de Nikita Krushev. O terceiro e último volume foi lançado no ano seguinte, 1960, e se intitulava *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, que tem sua autoria também atribuída a Prestes.

O primeiro desses livros, *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*, é um libelo em defesa da nova linha partidária, e isso fica bastante evidente já nos paratextos (Genette, 2009) da edição. A capa traz o nome do autor, seguido do título em verde, sobre um fundo branco chapado, modelo que será padrão para os demais volumes, mudando apenas a cor do título (vermelho e azul, respectivamente, para os demais). O trabalho tipográfico da coleção é bastante simples, sem grandes ornamentos, não há a presença de orelhas, nem mesmo de prefácios ou posfácios. O índice acaba sendo o único paratexto digno de nota. No primeiro volume da coleção, o índice traz os seguintes títulos:

- 1) Fortalecimento do campo socialista e avanço das lutas de libertação nacional;
- 2) Aprofunda-se a contradição que opõe a nação brasileira ao imperialismo norte-americano e aos agentes entreguistas;
- 3) A luta de massas por um novo rumo na política do governo;
- 4) As eleições de 3 de outubro;
- 5) A atividade dos comunistas na aplicação de sua linha política;
- 6) Por uma política de soluções nacionalistas e democráticas.



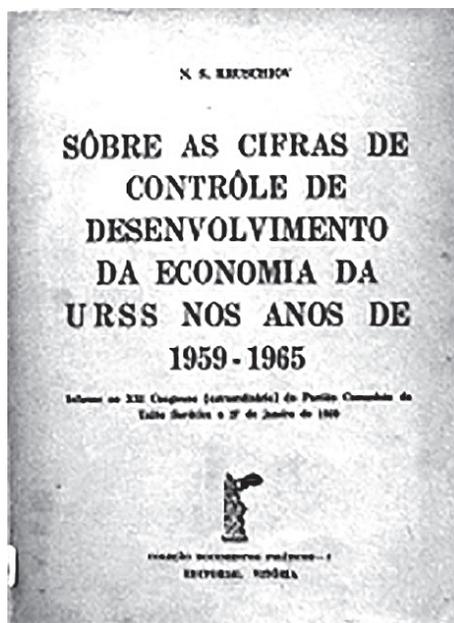
*A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone - Museu Republicano da USP

Ficam evidentes a reprodução da linha partidária em termos como “lutas de libertação nacional”, “imperialismo norte-americano e agentes entreguistas” e “política de soluções nacionalistas e democráticas”, e a importância que os comunistas passam a dar para a luta democrática dentro da

legalidade, com um capítulo todo dedicado à discussão eleitoral. Na contracapa do livro, temos um anúncio do volume 2, que nesse caso aparece com o título provisório de *Informe ao XXI Congresso do PCUS – Nikita S. Krushiov*. A propaganda reproduz o seguinte trecho do livro:

“O socialismo demonstrou plenamente sua absoluta superioridade sobre o capitalismo nos ritmos de desenvolvimento da produção. Agora entramos em uma nova etapa da emulação econômica com o capitalismo. A tarefa consiste agora em lograr a superioridade do sistema socialista sobre o sistema capitalista na produção mundial, em ultrapassar os países capitalistas mais desenvolvidos no que se refere à produtividade do trabalho social e à produção por habitante e em garantir o nível de vida mais elevado do mundo”.

Aqui se explicita também a chamada “coexistência pacífica” que a essa altura já era a nova linha geopolítica seguida pela União Soviética, que pregava a superação do capitalismo pelo socialismo não mais pela revolução, mas sim pelo sucesso econômico. Tal mudança de posição levou inclusive a uma importante divisão no mundo comunista com a cisão sino-soviética. No Brasil, esse processo culminou com a divisão dos comunistas em dois partidos a partir de 1962: o PCB, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro desde a Conferência Nacional de 1961, de linha soviética e defensor da luta política institucional, e o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, de linha maoísta e defensor da luta armada (Segatto, 1981, p. 91).



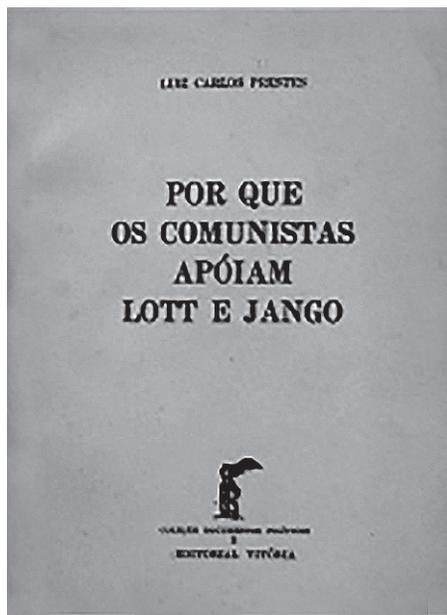
*Sobre as cifras de controle de desenvolvimento da economia da URSS nos anos de 1959-1965: informe ao XXI Congresso (extraordinário) do Partido Comunista da União Soviética a 27 de janeiro de 1959*, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

O volume 3 da coleção, voltado também para as questões nacionais, intitulado *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, tem sua autoria atribuída a Luís Carlos Prestes, tal qual o volume 1, e trata-se de um manifesto em favor da candidatura presidencial trabalhista. O índice aparece da seguinte forma:

- 1) Os comunistas e a sucessão presidencial;
- 2) Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais;
- 3) Introdução;
- 4) Perspectivas concretas de cessação da “Guerra Fria”;
- 5) O quadro político da campanha sucessória;
- 6) Agravam-se as dificuldades no campo janista e consolida-se a candidatura Lott;

7) Concentrar a atividade política na luta eleitoral.

Mais uma vez, a linha partidária que trazia a formação de uma frente única democrática e nacionalista como prioridade para os comunistas aparece de forma bastante evidente nessa edição. É enfatizada a centralidade da luta eleitoral, que nesse momento é compreendida pelos comunistas como o caminho tático que culminará na revolução democrático-popular, em aliança com os setores progressistas da burguesia nacional. Existe também um eco da nova linha política soviética no capítulo 4, que colocava em perspectiva a possibilidade real do fim da “Guerra Fria”, graças à nova orientação sob Krushev.



*Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, Editorial Vitória, 1960. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

A nova orientação partidária também se manifesta em edições avulsas presentes no catálogo da Editorial Vitória. A primeira

delas é o livro *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme. Aqui o destaque fica por conta da capa do livro: uma fotografia de Marcel Gautherot do prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, um dos símbolos da arquitetura modernista e do ideário desenvolvimentista no Brasil.



*Problemas brasileiros de educação*, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

Gautherot era fotógrafo, natural de Paris, e se mudou para o Brasil nos anos 1940 após ter seu interesse pelo país despertado pela obra *Jubiabá*, de Jorge Amado. Trabalhou para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e realizou diversas séries documentais sobre a arquitetura moderna e colonial brasileira ao lado do fotógrafo Pierre Verger, com quem viajou o país. Notabilizou-se, de fato, pelas fotografias de edificações modernistas, tendo uma delas servido para a arte de capa do livro citado.



*Brasil século XX*, Editorial Vitória, 1960.  
Fonte: Biblioteca Edgard Carone - Museu Republicano da USP

Nessa mesma linha, aparece em 1960 o livro *Brasil século XX*, de Rui Facó. Aqui, todo o projeto do livro está claramente inserido no debate sobre o desenvolvimentismo e a nova diretriz partidária dos comunistas. A capa do livro traz uma foto de Brasília, síntese, ao mesmo tempo, da arquitetura modernista em sua busca por um ideal de brasilidade e do país moderno que nascia por meio das ideias desenvolvimentistas. Vale destacar que tanto a capa do livro de Paschoal Lemme quanto essa são de autoria de Mauro Vinhas de Queiroz, personagem responsável pela modernização do trabalho gráfico da editora nos anos 1960 e que reproduziu em suas capas pela Editorial Vitória, nessa década, uma linguagem de design de livros que

dialoga abertamente com a arquitetura modernista da época.

O livro é apresentado no texto das orlas da seguinte forma:

“*Brasil século XX*, de Rui Facó, foi escrito a pedido de uma editora argentina, dentro de um plano geral de obra daquela casa dedicada a cada um dos países latino-americanos. O editor argentino procurava sanar uma falta: a ausência de conhecimento recíproco dos nossos povos. Mas a verdade é que nós, brasileiros, também ainda conhecemos muito pouco o nosso país. Não se pode negar que nos últimos tempos tem havido esforço para uma tomada de consciência da nossa realidade. Vão aparecendo obras de real valor que contribuem para que o povo brasileiro se conheça a si próprio. Dificilmente, porém, essas obras abarcam o Brasil em seu conjunto. Esperamos, neste sentido, suprir uma falha: *Brasil século XX* contém alguns elementos essenciais da história do nosso país que tornam possível uma melhor compreensão do presente e uma perspectiva do futuro [...]”.

E complementa:

“Onde nos leva o atual ‘desenvolvimentismo’? Podemos ignorar as grandes transformações operadas no mundo neste meio século? Empreenderemos o caminho tradicional dos países capitalistas? Somos infensos ao socialismo, como se afirmava durante o Estado Novo? Estas e outras questões são postas em discussão neste livro. Esperamos, oferecendo-o ao público brasileiro, contribuir para o seu esclarecimento”.

O texto traz um tom de autocrítica quando afirma que os brasileiros desconhecem o próprio país, já que a própria editora sempre tratou de forma secundária os grandes temas nacionais, em favor dos temas internacionais ligados ao mundo comunista. Além disso, o fato de o autor afirmar que obras que se propõem a uma análise mais ampla sobre o país estarem aparecendo no “momento mais dinâmico de sua história” é uma forma de chancelar a linha política do partido de apoio ao desenvolvimentismo encabeçado pelos trabalhistas. Nessa mesma linha, é afirmado que o autor faz uma avaliação positiva da Revolução de 1930, tema caro aos trabalhistas, mas longe de ser um consenso entre os comunistas. É interessante o fato de essa edição ter lançamento simultâneo também na Argentina, ainda que, infelizmente, não seja citada qual casa editorial foi responsável por editá-la por lá. Por fim, capa e contracapa apresentam uma valorização de monumentos nacionais, com destaque para Brasília, fruto do desenvolvimentismo apoiado pelo PCB.

Por fim, há uma edição avulsa que também sustenta a linha de unidade com os trabalhistas; trata-se de *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, de Jocelyn Brasil. Nesse caso, o trabalho tipográfico é mais elaborado, capa e diagramação são de autoria de Mauro Vinhas de Queiroz. A partir da técnica da palavra-ilustração, o artista apresenta cada um dos elementos do título em uma sequência de linhas paralelas, com o subtítulo perpendicular a elas, e dessa junção acaba surgindo a cartola do personagem Tio Sam, representando os EUA. O desenho

é completado por algumas linhas que formam o rosto do personagem, e a letra “O” do nome do autor aparece em destaque, fazendo as vezes de olhos da ilustração. Vale destacar que a obra teve duas edições, no mesmo ano.

Sobre as intenções colocadas na obra, o texto da orelha diz o seguinte:

“‘O pão, o feijão e as forças ocultas’ é outra contribuição de Jocelyn Brasil à causa do esclarecimento e da emancipação de nosso povo. *Em linguagem fácil e didática*, o livro procura explicar ao povo os mecanismos por vezes complexos de alguns dos mais sérios e graves problemas que assaltam a nação brasileira.

As questões intrincadas do câmbio, do comércio exterior, do processo inflacionário são aqui desenvolvidas, por Jocelyn Brasil, de forma acessível mesmo para aqueles que nunca tiveram contato com teorias e fórmulas econômico-financeiras. Lendo-o, *a gente simples do nosso povo* verá algumas das molas escondidas que lhe tornam a vida cada dia mais difícil e dura.

Nessa época, em que o povo é chamado a conhecer e opinar sobre os problemas fundamentais da vida econômica e social, em que a classe trabalhadora, que não gozou desse privilégio que é a cultura entre nós, é convocada para participar das grandes decisões da vida nacional, ‘O pão, o feijão e as forças ocultas’ será um instrumento de indubitável utilidade *na tarefa de elevação da consciência popular* sobre os problemas nacionais”.

A partir dos grifos destacados fica bastante evidente qual era a intenção

do partido ao editar essa obra. Ela é conscientemente concebida para ser de “linguagem fácil e didática”, voltada para um público-alvo bem definido: “a gente simples do nosso povo”, visando à “tarefa de elevação da consciência popular”. Até mesmo o índice do livro, separado em “primeira lição”, “segunda lição” e assim por diante, denota a intenção didática da obra.



*O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, Editorial Vitória, 1963. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

Esse era um livro voltado para a massa popular brasileira, com o intuito de esclarecer importantes questões a respeito da economia, a partir das teses defendidas pelo partido. E mais, a partir da escrita de um renomado nacionalista, o que demonstra como o nacionalismo era a força propulsora das lutas populares naquele período.

Vale ressaltar aqui uma diferença que parece bastante evidente entre os livros da Coleção Documentos Políticos e o livro de Jocelyn. A primeira parece ser um esforço editorial nascido da necessidade de apresentar aos quadros partidários as novas diretrizes do movimento comunista mundial e do próprio PCB. O próprio trabalho tipográfico mais simples, quase protocolar, parece denotar uma preocupação menor em atingir um público mais amplo.

Já o livro do escritor nacionalista tem claramente o interesse de atingir um público mais amplo, para além das fileiras partidárias. Não é à toa que nele se percebe de forma muito mais presente a mão do editor, que cumpre a tarefa de apresentar de forma clara, por meio dos paratextos, a qual projeto servia aquele livro. Ou seja, aqui presenciamos a Editorial Vitória buscando divulgar a linha partidária para públicos diversos, por meio de estratégias editoriais diferentes.

Por fim, mas não menos importante, a capa de rosto do livro traz uma dedicatória que, por si só, sintetiza a frente única entre comunistas e trabalhistas. Jocelyn dedica o seu livro em homenagem a duas lideranças maiúsculas da vida nacional brasileira do período: Luís Carlos Prestes, pela “lealdade e dedicação à causa do povo”, nas palavras do autor, e a Leonel Brizola, “grande líder nacionalista”, também a juízo do escritor. Temos, basicamente, uma casa editorial comunista, editando um autor anti-imperialista, que escreve em homenagem ao mais radical dos líderes trabalhistas. Definitivamente, um livro como prova do espírito do tempo.

## CONCLUSÃO

Coube a este texto demonstrar como a linha política do PCB e a linha editorial da Vitória estiveram sincronizadas nesse período entre 1958 e 1964, quando o PCB retoma protagonismo político (e editorial) ao lado dos trabalhistas, marcando uma de suas melhores fases. Nesse período, o partido chega a ter entre 50 e 70 mil membros (Secco, 2017, p. 195), mesmo na ilegalidade, perdendo em número apenas para o período da legalidade dos anos 1940.

Enfim, o PCB e o PTB protagonizaram, lado a lado, um dos momentos mais ricos e esperançosos das massas populares brasileiras no início dos anos 1960, o que se reflete, inclusive, na produção editorial dos comunistas. Fundamental para essa aliança é a virada definitiva

na linha político-partidária desses partidos em 1958, adotando como bandeira a luta pela “revolução democrático-popular”, aceitando como caminho para ela a via das reformas e o projeto desenvolvimentista. Esse novo projeto político surge na estética e no conteúdo dos livros da sua editora, demonstrando a total sintonia entre linha política e linha editorial.

Pouco tempo depois da euforia política que vinha com a ascensão da luta de massas, ambos os partidos serão tragados e extintos pelo Golpe Civil-Militar de 1964. A Editorial Vitória foi fechada no dia 3 de abril de 1964, sem demora, três dias após o início do levante militar, apoiado enfaticamente pelas forças civis conservadoras. Eis aqui a prova incontestável do poder transformador dos livros. E do temor autoritário a eles.

## REFERÊNCIAS

- CARONE, E. *O marxismo no Brasil: das origens a 1964*. São Paulo, Editora Dois Pontos, 1986.
- DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2009.
- JUBERTE, V. de O. *A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil: da legalidade ao golpe (1944-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2023.
- JUBERTE, V. de O. *O PCB e os livros: a Editorial Calvino no período da legalidade do partido nos anos 1940 (1943-1948)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2016.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- SECCO, L. *A batalha dos livros*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.